

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE
REVISTA JURÍDICA DO MPAC

Volume 1, Número 2 – Julho a Dezembro de 2021

Procurador-Geral de Justiça

Danilo Lovisaro do Nascimento

Corregedor-Geral

Álvaro Luiz Araújo Pereira

Secretário Geral

Glaucio Ney Shiroma Oshiro

Coordenadora Editorial da Revista e Diretora do CEAF

Joana D'Arc Dias Martins

Editor Chefe da Revista e Coordenador do CEAF

Danilo Scramin Alves

Conselho Editorial da Revista

Dr^a. Ana Teresa Silva de Freitas – MPMA/UFMA (MA)

Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento – MPAC/UFAC (AC)

Dr. Diego Marques Gonçalves – URI (RS)

Dr. Elias Marques de Medeiros Neto – UNIMAR (SP)

Dr^a. Fabiana David Carles – UFAC (AC)

Ma Fernanda Heloísa Macedo Soares - Estácio Ribeirão (SP)

Me. Gabriel Aparecido Anízio Caldas - Fasipe Rond. (MT)

Me. Glaucio Ney Shiroma Oshiro – MPAC (AC)

Me. Leonardo Honorato Santos – MPAC (AC)

Dr^a. M^a. Cláudia da S. Antunes de Souza – UNIVALI (SC)

Ma. Maria Mariana Soares de Moura – U. Lisboa (Portugal)

Dr^a. Mônia Clarissa Henning Leal – UNISC(RS)

Ma. Patrícia de Amorim Rego – MPAC (AC)

Dr. Rogério Mollica – UNIMAR (SP)

Ma. Sabrina Cassol – UFAC (AC)

Me. Sammy Barbosa Lopes – MPAC (AC)

Dr. Valter Moura do Carmo – UFT (TO)

Dr. Yvonélio Nery Ferreira – UFG (GO)

Editor de Seção

Leonardo Fontes Vasconcelos

Equipe CEAFF

Jorge Henrique Costa de Andrade

Marcela da Silva Carvalho Santana

Patrícia da Silva Andrade

Rogério Lopes Pereira

Revisores da Edição

Dr^a. Caroline Fockink Ritt (RS)

Dr^a. Charlise Paula Colet Gimenez (RS)

Dr^a. Debora Cristiana Nogueira Del Pino (MG)

Me. Gabriel Aparecido Anízio Caldas (MT)

Dr. Giuliano Savioli Deliberador (SP)

Ma. Jaqueline da Silva Paulichi (PR)

Me. Márcio Bonini Notari (SC)

Me. Thiago Luiz Sartori (SP)

Me. Victor Saldanha Priebe (RS)

Dr. Vinícius Ferreira Laner (RS)

Revisão de Português

Meyrelene Ramos de Macêdo

Prezados leitores,

Está em suas mãos o segundo número da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Acre, referente ao período de julho a dezembro de 2021, com 08 (oito) novos artigos científicos que tratam a questão dos direitos sob guarda do Ministério Público no Brasil.

O lançamento desta segunda edição vai ao encontro da missão assumida pelo Ministério Público do Acre em 2021 para trazer ao estado produções científicas na área do direito que pudessem alcançar tanto os nossos cidadãos quanto aqueles que estão diariamente envolvidos na proteção de seus direitos.

Não há como negar que a sociedade passa por um período conturbado, especialmente pela árdua tarefa de retorno à normalidade após a gradativa retração da pandemia global da covid-19. Os modelos tradicionais de solução de conflitos, os mecanismos de proteção de direitos, os meios de atuação dos operadores do direito, todos foram amplamente impactados pelos dois anos de incerteza e cuidados necessários, e hoje se revelam obsoletos.

Por outro lado, os instrumentos desenvolvidos durante a pandemia foram irremediavelmente provisórios e paliativos, instituídos às pressas face à necessidade de adaptação que lançou o mundo a um modelo distante de relações sociais, aí inseridos os direitos.

É finalmente chegada a hora de repensar todo os processos e procedimentos para esse momento pós-pandêmico, ao qual enfim parecemos ter alcançado. Indubitavelmente, não há como negar que nem serão simplesmente reativados os modelos anteriores à pandemia, que hoje se revelam ultrapassados e arcaicos face às facilidades descobertas em meio ao isolamento, nem se manterá o sistema pandêmico, virtualizado, antropofóbico, transitório e distante, o que é incompatível com o exercício do direito.

Para que se alcance um novo sistema funcional de atos em defesa dos direitos e das garantias, tão caros à nossa sociedade devastada pelos problemas enfrentados pelo Acre e pelo Brasil nos últimos anos, não há solução outra que a pesquisa científica e o estudo jurídico, os quais serão condição para seja possível repensar o direito, a jurisdição e a atuação do Ministério Público.

A presente edição da Revista Jurídica do MPAC traz contribuições importantes para esse momento pós-pandêmico, que aliam tanto conhecimentos jurídicos locais quanto discussões a nível nacional e internacional. É importante registrar que, nesta edição, contamos ainda com contribuições de nossos membros e servidores.

A Revista mantém o altíssimo padrão na sua formulação, atendendo aos mais criteriosos objetivos para a sua conformação ao modelo científico. Utiliza o Sistema Open Journals, reconhecido internacionalmente, seguindo ao máximo os ditames da QUALIS da Capes.

Mesmo com a mudança de gestão do Ministério Público do Estado do Acre, a Revista Jurídica do MPAC continuou tendo o apoio incondicional, indispensável para a continuidade de seu trabalho, do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Danilo Lovisaro do Nascimento, membro do Conselho Editorial e pesquisador, cientista e jurista.

A operacionalização da Revista foi realizada pelo Editor Chefe e Coordenador do CEAF, Danilo Scramin Alves, e pela Equipe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF.

A Revista manteve ainda o critério da exogenia, significativo para a garantia da qualidade científica, tanto em seu corpo editorial quanto na revisão dos manuscritos submetidos para a publicação.

Desejo, pois, a todos uma leitura extremamente proveitosa e inspiradora, e sigamos sempre no caminho necessário da pesquisa científica e no estudo jurídico de qualidade.

Rio Branco/AC, 27 de abril de 2022

Joana D’Arc Dias Martins

Promotora de Justiça

Coordenadora da RJMPAC

Diretora do CEAF